

GUIANA FRANCESA: HISTÓRIA, FRATURAS ÉTNICAS E PROCESSOS MIGRATÓRIOS

FRENCH GUIANA: HISTORY, ETHNIC FRACTURES AND MIGRATORY PROCESSES

Manoel de Jesus de Souza Pinto **1**
Jefeson Caldas dos Santos **2**
Raimundo de Lima Brito **3**

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade da Amazônia (1992), Especialização em História da Amazônia pela Universidade Federal do Amapá (2000), Mestrado em Sociologia Geral pela Universidade Federal do Pará (2003), Doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará/NAEA (2008) e Pós-Doutorado no exterior (CAPES) no CNRS - GUYANE de 2010 a 2012. E-mail: manoel-pinto@bol.com.br **1**

Graduando no curso de Licenciatura em Sociologia, membro pesquisador dos grupos de Pesquisa e Extensão, Núcleo de Estudos sobre Etnopolítica e Territorialidades na Amazônia - NETTA/CNPq e Bolsista no Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes- Ciências Sociais na Universidade Federal do Amapá. E-mail: jefesoncaldas@gmail.com **2**

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1985); Especialização em Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais pelo Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas (1988); Especialização em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Federal do Pará (1992). Atualmente é Professor Assistente na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e Coordenador do Laboratório de Ciências Sociais, vinculado do curso de Graduação em Ciências Sociais (UNIFAP). E-mail: r.de.brito2017@bol.com.br **3**

Resumo: Este artigo propõe apresentar alguns momentos da história da Guiana Francesa, a sua configuração social e as contradições políticas e étnicas vivenciadas por essa ex-colônia francesa ao longo de vários séculos. Além disso, buscar-se-á chamar a atenção para os diversos grupos étnicos que migraram para esse Departamento Ultramar Francês. A partir de dados bibliográficos, entrevistas e observações de campo, nos últimos 10 anos, pretendemos analisar o relacionamento social/cultural entre os guianenses, metropolitanos e populações tradicionais locais. É nossa intenção também apresentar, pelo menos em nível conceitual, o que vem ser a cultura creoula? Quem é de fato o guianense e se é possível pensarmos em uma unidade nacional, apesar das contradições administrativas e culturais internas.

Palavras-chave: Guiana Francesa. Migração. Grupos Étnicos.

Abstract: This article proposes to present some moments of the history of French Guiana, its social configuration and the political and ethnic contradictions experienced by this former French colony over several centuries. In addition, attention will be drawn to the various ethnic groups that have migrated to this French Overseas Department. Based on bibliographical data, interviews and field observations over the last 10 years, we intend to analyze the social / cultural relationship between Guyanese, metropolitan and local traditional populations. Is it our intention to also present, at least at the conceptual level, what is Creole culture? Who is indeed the Guianese and if it is possible to think of a national unity, despite internal administrative and cultural contradictions.

Keywords: French Guiana. Migration. Ethnic Groups.

Evolução Histórica e o Período Colonial

A Guiana Francesa estende-se por uma superfície de 91.000km². Está localizada no norte da América do Sul, na costa do oceano Atlântico Norte, com 378 km de litoral, entre o Brasil e o Suriname; e possui, respectivamente, 730 e 510 km de fronteira com esses dois países. Seu clima, tropical, quente e úmido, apresenta pequena variação de temperatura entre as estações.

A cidade de Caiena foi fundada em 1634, tornando-se a capital e o principal porto da Guiana Francesa. A localização geográfica dessa colônia francesa, localizada ao norte do atual Estado do Amapá, rendeu para o mundo luso brasileiro, **sérias questões de fronteiras, somente resolvida na década de 1810. Desde o século XVII, as Coroas de França e de Portugal discordavam quanto ao seu local exato na América: para os portugueses, o limite era o rio Oiapoque, e também chamado Vicente Pizón; para os franceses, o limite entre os dois territórios era a margem setentrional do rio Amazonas** (REIS, 1949; MEIRA, 1975, DUARTE; SOARES, 2006).

Todas essas disputas de fronteira acarretavam um grande impasse, uma vez que estava em jogo a própria navegação do rio Amazonas. Em março de 1700, Portugal e França chegaram a um breve acordo sobre essa região e assinaram um acordo provisório. A área em questão foi neutralizada de forma que tanto colonos brasileiros quanto franceses tivessem permissão para se estabelecer nesta faixa de terra. Esse tratado foi anulado por ocasião da Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714) que novamente colocou as duas potências coloniais em situação oposta. Um novo tratado foi assinado, o de Utrecht, no dia 11 de abril de 1713. Esse novo acordo buscava solucionar os conflitos existentes e pôr termo à questão dos limites no continente americano, e o rio Oiapoque, mais uma vez, seria a fronteira entre Brasil e França.

Segundo Arouck (2002) sua ocupação pela França foi resultado da expansão comercial européia a partir do século XVI, que provocou intensas disputas entre as potências comerciais daquela época, especialmente Inglaterra, França e Holanda, que brigaram contra a supremacia ibérica. A chegada do Império colonial francês nessas terras amazônicas se deu em 1604 e a Guiana viveu sob o estatuto de colônia até 1946. Nessa data, a chamada “lei de assimilação” a transforma em Departamento Ultramar da República Francesa, juntamente com as ilhas da Martinica, de Guadalupe – nas Antilhas – e a da Reunião, no oceano Índico (GALVÃO; SCHALLER, 2007).

Composição Étnica, Migração e Estilo Cultural

Os guianenses, após 1946, ganham o estatuto de cidadãos franceses e a Guiana, território nacional francês, passa a ter seu espaço político e institucional organizado segundo os mesmos moldes dos demais departamentos da França hexagonal. Essa solução atende à reivindicação das elites locais (FARRAUDIÈRE, 1989), favorece a estruturação dos serviços públicos (educação, saúde etc.) e a ampliação dos benefícios sociais. O intenso fluxo de recursos vindos do Estado francês desde a departamentalização – e mais recentemente da União Européia – possibilita um nível de vida superior ao dos demais territórios amazônicos, mas não se inscreve num projeto que impulse o desenvolvimento industrial local.

Se a aquisição do estatuto de Departamento representa importante avanço em relação à condição de colônia, essa solução não rompe com a situação de extrema dependência. A continuidade existente entre esses dois períodos se expressa, aliás, no uso do termo ‘metrópole’ pelo qual os habitantes da Guiana se referem à França hexagonal. Na verdade, o Estado francês controla ideologicamente, administrativamente e militarmente toda a região da Guiana. Através de depoimentos de intelectuais locais, veremos mais adiante, como a metrópole, aliada a elite crioula local, ainda consegue manter o discurso que sem a França, a Guiana não andaria com suas próprias pernas. Além do monopólio da força e do dinheiro, esses comentários podem ajudar a compreender, por dentro da sociedade guianense, suas contradições, suas limitações, seus ressentimentos étnicos; en-

fim, seios anseios e dramas¹. Essas análises necessariamente passam pelo campo político, econômico e educacional da ex-colônia francesa na América do Sul.

Considerada, sobretudo como apoio para a colonização das Antilhas, a Guiana foi uma colônia de segundo plano, cujas hesitantes tentativas de valorização foram marcadas por sucessivos fracassos (JOLIVET, 1990). As tentativas de impulsionar as atividades econômicas na Guiana sempre foram vinculadas à política de povoamento e à necessidade de importação de mão-de-obra. A economia açucareira que, diferente das colônias das Antilhas sempre foi frágil, desmoronou com a abolição da escravidão em 1848: os escravos libertos se recusam a exercer atividades que remetesse aos tempos de escravidão (JOLIVET, 1982) e os colonos brancos retornam à metrópole. As tentativas de revitalização por parte do Governo determinaram o primeiro movimento de imigração de trabalhadores livres, os quais vieram da África, Índia e China (MAM-LAM-FOUCK, 1997).

Para Galvão e Schaller (2007) a implantação do *bagne* – prisão de trabalhos forçados – oficializada por Napoleão III em 1852, pretendia, além de livrar a metrópole de seus prisioneiros submetidos à pena de degredo, responder às necessidades de povoamento e de desenvolvimento econômico da colônia. Impedidos de voltar à Europa, os prisioneiros representavam mão-de-obra em potencial. Contudo, as severas condições de encarceramento deixaram poucos sobreviventes, frustrando-se mais essa tentativa de povoamento por colonos brancos. Extinto somente em 1938, o *bagne* contribuiu para a intensificação da imagem negativa da Guiana.

Nesse período (de 1855 a 1930) vale a pena lembrar, o garimpo é a atividade que impulsiona a economia, atraindo garimpeiros e comerciantes das Antilhas (Santa Lúcia, República Dominicana, Martinica, Guadalupe) e dos países vizinhos, datando dessa época uma primeira onda de migrantes brasileiros. O garimpo promove também a proximidade com parte das populações quilombolas instalada na fronteira com a então Guiana Holandesa (atual Suriname), os *businenge* ou *noirs marrons*, cujas habilidades na navegação dos rios eram muito úteis para exploração e escoamento do metal. O desenvolvimento econômico que promove é efêmero, mas favorece o enriquecimento de algumas famílias guianenses, de comerciantes antilhanos e franceses, que tendem a fortalecer o processo de urbanização da cidade de Caiena (JOLIVET, 1990). Vale ressaltar que o garimpo é ainda hoje muito explorado, em sua maioria de modo clandestino e com meios precários, causando graves problemas ambientais, de violência, além de evasão de recursos.

A imigração brasileira (como já dissemos repetidamente neste trabalho) se intensificou a partir de 1965, com a construção do Centro Espacial Francês na cidade de Kourou, que contou também com mão-de-obra de venezuelanos, *marrons saramaka* e outros grupos imigrantes (AROUCK, 2002). A instalação desse projeto tecnológico de ponta representou mais uma iniciativa para o desenvolvimento da Guiana, mas 40 anos após sua instalação, o hoje Porto Espacial da Europa ainda não foi bem assimilado (LE HIR, 2003) e essa vitrine tecnológica parece frear a diversificação dos projetos locais de desenvolvimento. Obcecada por este projeto, a França nunca quis apostar em outro setor/área para estimular o crescimento econômico da região. Talvez o receio de uma possível emancipação política, faça com que a França prefira bancar as despesas sociais locais (cada vez maiores) a correr o risco de perder, no futuro, uma região tão estratégica para toda a Comunidade Européia.

As condições de vida forjadas pela departamentalização fizeram da Guiana Francesa um território extremamente atrativo para os habitantes dos países próximos em busca de melhores perspectivas de vida, estimulando os índices elevados de imigração espontânea e clandestina. Segundo os dados do censo de 1999 (CHARRIER, 2002), os brasileiros foram os primeiros a chegar e hoje cerca de 5% da população da Guiana é de

1 A colonialidade do poder sobre as populações africanas escravizadas na América resultou em idéias e atributos valorativos estabelecidos a partir da superioridade branca e da inferioridade negra. Essas idéias foram elaboradas por aqueles que justamente organizaram o quadro de exploração e de sujeição dessas populações. Ademais, as idéias construídas sobre as populações escravizadas na América tomaram força e constituíram-se como verdades, incorporadas ainda hoje por teóricos, literatos, políticos, e, sobretudo, pelo senso comum (CLEAVER, 2006).

nacionalidade brasileira, o que representa a terceira comunidade estrangeira (AROUCK, 2002; GALVÃO; SCHALLER, 2007). Segundo esses mesmos autores, a posição de primeira comunidade estrangeira é ocupada pelos surinameses, que representam, em 1999, cerca de 14% da população. Essa posição foi antes ocupada pelos haitianos, cuja onda migratória se intensificou em meados da década de 1970 e se atenuou ao final da década de 1980, hoje segunda comunidade estrangeira, representando 9% da população. O departamento recebeu ainda populações a quem o governo francês concedeu asilo político, como é o caso dos *homongs* que vieram refugiados do Laos e foram instalados em comunidades agrícolas no interior da Guiana.

A presença de imigrantes chineses é significativa e as ondas recentes se distinguem da imigração durante o período colonial, quando os chineses, menos numerosos, misturaram-se à população crioula por meio de casamentos mistos. A imigração recente tende a se organizar em colônias com pouca mistura com a população local e forte solidariedade interna, a ponto de membros dessa comunidade terem adquirido o quase monopólio do varejo de produtos alimentícios (JOLIVET, 1990).

Diferentes povos indígenas habitam esse território desde antes da colonização, atualmente divididos em seis grupos e situados, sobretudo, em regiões de floresta do interior ou às margens dos rios que fazem fronteira com o Brasil e o Suriname. Desde os anos 1970, apresentam crescimento demográfico e se fazem mais visíveis no debate público pela reivindicação do reconhecimento de direitos e pela afirmação da identidade indígena (COLLOMB, 1999).

A Guiana Francesa oferece uma ótima ilustração das tensões entre a formação de um conjunto de tipo nacional e a afirmação de identidades étnicas singulares. Se há uma identidade coletiva predominante, uma *guianidade*, ela se apóia principalmente na comunidade crioula, que historicamente goza do maior peso demográfico e do poder político local. Marie-José Jolivet (1990; 1997) distingue dois momentos do que podemos chamar de *guianidade*. Marcados pela experiência da escravidão, os crioulos forjaram sua identidade pela assimilação dos valores ocidentais franceses. Identificando-se com a “civilização”, definiram-se pela rejeição aos grupos indígenas e *businenge*, vistos por eles como símbolo de um estado ‘selvagem’ do qual queriam se distanciar. A integração dos demais grupos, chamada de criouliização, se dava desde que estes partilhassem alguns pilares dos valores ocidentais.

Essa dinâmica se modifica a partir dos anos 1970, com a perda do peso demográfico do grupo crioulo acarretada pelos fluxos migratórios recentes (MAM-LAM-FOUCK, 1997b), as desconfiças em relação aos efetivos benefícios da departamentalização e a presença no debate público das reivindicações identitárias dos povos indígenas e *businenge*. Os crioulos (elites urbanas) partem em busca de definir a substância de sua ‘crioulidade’, num processo de reconstrução identitária em que a ancestralidade e as raízes são valorizadas, determinando a reconciliação, no âmbito do imaginário, dos grupos ‘primitivos’ antes rejeitados. Segundo Hidair (2003), a partir desse momento, é possível distinguir duas ideologias opostas na base dessa construção identitária – assimilação e raízes – que definem duas atitudes extremas – metro-afirmativa e afro-militante – cuja busca de equilíbrio se funda a identidade crioula. Quanto aos grupos de imigrantes mais recentes, as relações que os crioulos guianenses mantêm com eles são oscilantes e ambivalentes, sobretudo num momento em que sua posição dominante se vê ameaçada. Conforme as circunstâncias, a criouliidade de certos grupos será incorporada ou rejeitada e o certificado de guianidade pode ser outorgado a uma comunidade até então deixada de fora (CHERUBINI, 2002). Segundo Mam-Lam-Fouk (1997b), no momento atual, a fragilidade da posição de dominação, ameaçada pela entrada de novos atores, cria reações defensivas que favorecem a atitude de recusa ao estrangeiro.

A dinâmica flutuante pela qual se organiza a identidade crioula pode ser compreendida à luz do conceito de etnicidade proposto por Frederik Barth (1995), segundo o qual um grupo étnico se define menos pelos conteúdos de sua cultura do que pelas fronteiras que o separam dos outros grupos.

Sociedade de imigração, a paisagem sociocultural da Guiana Francesa é estruturada a partir das relações de trabalho e produção. Para Lena (1997), embora a Guiana possa de fato ser bem caracterizada por sua diversidade cultural e étnica, ainda é marcada pela convivência justaposta entre várias sociedades de peso demográfico e político muito desigual, que se ladeiam, sem verdadeiramente se conhecerem. A imagem de um ‘mosaico’ é comumente utilizada para descrever sua população. Segundo Chalifoux (1997), essa imagem – utilizada nos documentos oficiais que pretendem valorizar a diversidade cultural – veicula uma visão irreduzível das distâncias culturais e representa as relações interculturais como essencialmente relações de exclusão. A hipótese de que as fronteiras entre os grupos são menos permeáveis nas sociedades em que a organização das identidades étnicas é ligada à repartição diferenciada das atividades do setor econômico (POUTIGNAT; STREIFF-FÉNART, 1995) parece útil para a interpretação das relações interculturais na Guiana.

Para Collomb (2001), recentemente se define um novo momento da *guianidade*, o qual gira em torno da noção de interculturalidade, resultado do temor da fragmentação social que pode decorrer das afirmações identitárias das diferentes comunidades. As imagens de fusão e síntese, pilares das representações anteriores da *créoulização* são substituídas pelas imagens de relação e de troca entre grupos humanos portadores de identidades particulares. Segundo esse autor, a construção de uma *guianidade* a partir da noção de interculturalidade permite, em princípio, que a diversidade cultural seja vista como elemento que enriquece e não como obstáculo a ser reduzido - posição potencialmente favorável à integração das novas populações presentes na Guiana, embora contraditória à dominação política e cultural ainda exercida pelo grupo crioulo.

Essas diferentes etapas, vale a pena lembrar, da definição da *guianidade* constituem representações identitárias simultaneamente disponíveis no presente, num movimento que se aproxima ao de um caleidoscópio, cujas formações são determinadas também pelo cenário político, pelo contexto socioeconômico e pelas relações de dominação entre os diferentes grupos e entre os poderes centrais franceses e os poderes locais.

Em seu texto *Ni vue, ni connue: a construção da nação na Guiana Francesa*, Cleaver (2006) abre importantes discussões conceituais a fim de refletir como os *créoles*² caminham para construção da nação. Neste sentido, apresentaremos as considerações mais importantes mencionadas pela autora. Mesmo considerando que mais adiante veremos um posicionamento diferente ao termo *créole* (um sentido mais ideológico), estas análises preliminares são importantes para explicar realidades culturais extremamente complexas, que envolvem diferentes matizes históricas e identidades étnicas.

Constantemente, o termo *guianês/guianense*³ é utilizado como sinônimo de *créole*. Na Guiana Francesa, o termo *créole* é englobante, uma vez que o adjetivo *Guianês/guianense* lhe é associado imediatamente. Por outro lado, este termo também é englobado, pois se refere a todos os grupos constitutivos da sociedade guianense. A reflexão sobre quem é o guianense, no entanto, está estreitamente relacionada ao projeto nacional (CLEAVER, 2006). Assim, o adjetivo *guianês/guianense* contém, em um primeiro momento, as comunidades de base, a saber: os *créoles*, os *ameríndios* e os *businenges*. Em um segundo momento, refere-se a todo indivíduo cuja história está vinculada à Guiana, pertencendo eles às comunidades de base ou às populações imigrantes.

Para Cleaver (2006) o termo *créole* pode ser denominado por sua variante nacional, qual seja, *guianês/guianense* ou ainda, por uma expressão que remete à ideologia afrocêntrica, a saber, *africano do Litoral*. Metropolitano ou sua forma reduzida *metro*, termo tradicionalmente utilizado para designar “os franceses da França”, pode ser substituído pela referência à cor, *blanc* denominação pejorativa. Os *businenges* podem ser

2 Como esta autora utiliza o conceito escrito desta forma “*créoles*” resolvemos apresentá-lo no original. Em outros momentos deste artigo isto voltará a acontecer. No entanto, gostaríamos de lembrar que em nosso trabalho adotamos o termo “crioulo” quando fazemos referência sobre este conceito.

3 Como registramos inicialmente, neste trabalho optamos pelo uso do termo *guianense* ao invés de *guianês*. Pelo fato desta autora (CLEAVER, 2006) em seu texto utilizar as expressões *guianês* ou/e *guianesa*; achamos conveniente colocar ao lado destas, a expressão *guianense* que definimos como padrão para o artigo.

chamados de *nègres* ou *bosh*, de forma pejorativa; de *noirs marrons* ou por sua forma reduzida *marrons*, termo comumente utilizado para se referir a essas populações; ou ainda, pelos etnônimos *Aluku*, *Boni*, *Ndyuka*, *Saramaka* e *Paramaka*. Os ameríndios, por sua vez, são correntes denominados assim e, em via de regra, são chamados, por especialistas, por seus etnônimos, quais sejam, *Wayana*, *Wajãpi*, *Émérilloon* ou *Teko*, *Palikur*, *Kalína* e *Arawak*. O termo “índio” tem uma conotação pejorativa. Os imigrantes e seus descendentes são, em geral, denominados por sua nacionalidade efetiva ou de origem. A única exceção são os indianos, que são denominados comumente na África e Caribe de *coolie*.

Fraturas Étnicas, Conflitos Silenciosos e Imigração

Como são as relações sociais entre a população *créole/guianense* e os demais grupos étnicos presentes na Guiana Francesa? Tentaremos responder esta questão através de algumas informações estruturais sobre a sociedade em foco, enfatizando ainda o caráter plural e multiétnico deste DUF. Cleaver (2006, p.19) sobre este assunto esclarece:

De fato, a Guiana Francesa é percebida por sua população, como sendo um mosaico étnico. Esses argumentos podem ser agrupados, analiticamente, em duas categorias, a saber, as comunidades de base e os imigrantes. As comunidades de base são descontínuas: é essa categoria que contém as identidades étnicas constitutivas da sociedade plural e étnica. Os imigrantes, por sua vez, não são considerados constitutivos da sociedade plural guianesa/guianense. Mas, é com sua integração, a partir da síntese *créole*, que se torna possível a constituição de uma nação moderna, cuja cidadania firma-se a partir do contrato e não da etnicidade. Há que se ressaltar, entretanto, que, muitas vezes, a análise sobre diferentes grupos constitutivos da sociedade guianesa está informada pelo olhar *créole*.

Segundo esta mesma autora, a expressão *comunidades de base* é utilizada como referência aos grupos sociais que constituem a base da população guianesa/guianense, a saber, os ameríndios, os *businenges* e os *créoles*. Tal expressão (*comunidades de base*) é utilizada nos discursos políticos que estão diretamente ligados à questões locais; conseqüentemente, exclui implicitamente os imigrantes, que representam uma porcentagem importante do total da população local. Cleaver (2006) observa ainda que esse reconhecimento coletivo é recente, já que até os anos 1970, apenas o grupo *créole* tinha visibilidade pelos metropolitanos.

Os comentários a seguir são imprescindíveis para compreendermos por que Jean Michel, numa entrevista seminal mais adiante, irá criticar esse termo *crioulo*, que segundo ele foi reinventado pelos franceses.

A população *créole* é descendente da população negra que após a abolição da escravidão, foi emancipada e se tornou cidadã francesa. Trata-se, com efeito, do grupo social que tem maior relação e afinidade com a matriz metropolitana. Ademais, sua posição hierarquicamente superior em relação aos demais grupos, outorga aos *créoles* o poder de enunciar a si mesmos e aos outros, tornando-se sua identidade normal (CLEAVER, 2006, p. 20).

Segundo Galvão e Schaller (2007), a Guiana Francesa é uma sociedade marcada pela escravatura, e a segmentação racial se justapõe à estratificação socioeconômica, e a

cor de pele é um aspecto essencial do modo como as pessoas e os grupos sociais se situam uns em relação aos outros. As designações utilizadas para indicar os diferentes tons de pele, que indicam também a composição das mestiçagens, são numerosas e dispostas numa clara hierarquia entre o branco e o preto. Essas designações, continuam os autores, emergem espontaneamente no discurso dos jovens guianenses, sugerindo que, no espaço escolar, a cor de pele pode ser um critério de afinidade ou hostilidade entre eles. Marcados pela história colonial, os jovens não brancos nos dizem esse problema fundamental, experimentam sua mestiçagem na busca de um caminho de apoio individual e étnico, mergulhados na frustração fundamental posta em evidência por Frantz Fanon (1952) em *Pele preta, máscara branca*, pela qual cada um parece alimentar, aos olhos dos outros, uma relação persecutória e prejudicial.

A Guiana Francesa é concebida e denominada pela Comunidade Européia como um Território Ultraperiférico, pois ainda apresenta muitos problemas estruturais graves se comparada a outras regiões da CE. As diretrizes e as ações do bloco europeu sempre estão direcionadas para o desenvolvimento local e para uma melhor qualidade de vida de todos os seus cidadãos nativos, nessa periferia européia. Mas parece que as preocupações da CE não são as mesmas do Estado francês. Um dado que chama a atenção é a crescente militarização da Guiana Francesa, que vem aumentando cada vez mais nas últimas décadas. Uma das cenas mais comuns em Caiena e em outras cidades do Departamento é a constante presença de soldados (inclusive paramilitares com é o caso da PAF), tanto de polícias especializadas quanto do próprio exército francês. As diligências, as rondas, as operações na fronteira, as abordagens realizadas contra imigrantes, a presença dos lendários Legionários no território guianense, fazem da Guiana Francesa uma verdadeira área militar, e de rígido controle social.

É possível pensar em uma Guiana Francesa autônoma, livre da tutela francesa? Ou melhor: os guianenses gostariam de andar com suas próprias pernas? Mas será que a Guiana conseguiria caminhar sozinha, sem a tutela francesa? E a França, por sua vez, como reagiria a uma possível tentativa de emancipação? Parece que antes de tentar responder a essas questões, é necessário investigar como atualmente se dá esse relacionamento tão desigual entre metrópole e ex-colônia. Pela riqueza dos comentários, iremos apresentar a entrevista de um intelectual local, ligado aos movimentos sociais guianenses. Suas análises são reveladoras sobre as fraturas de uma sociedade fortemente marcada pelo seu passado colonial, que ainda não conseguiu superar sua própria história.

Seu nome é Jean Michel. Há muito tempo o mesmo se dedica a estudar os problemas guianenses. Conhece o Brasil onde constantemente participa de conferências e fóruns sobre a região das Guianas. Seu interesse é estudar a ex-colônia francesa numa perspectiva geopolítica. Em uma entrevista bastante reveladora, deixou claro que se quisermos entender os problemas atuais do Departamento Ultramarino Francês e as suas relações sociais internas, é necessário entender a questão crioula, o sentimento crioulo. Ele nos falou de “coisas que não são visíveis aos olhos”...

Logo no início de nossa conversa, Jean Michel vai direto ao assunto. “Se você estiver a fim de entender o funcionamento da sociedade guianense...as coisas que acontecem por aqui... é importante conhecer o pensamento crioulo, a subjetividade crioula, a dimensão crioula”. Neste sentido, me aconselha a ler o livro de Jules Linguet, cujo título era *Postures, propôs et penchants créoles*, publicado em 2005 na Guiana Francesa. Sobre essa temática, ele lembra que:

A palavra *créoulo* é uma invenção do colonialismo francês. Na tradução literal, são pessoas de origem européia que nasceram em um país colonizado. É uma palavra de origem espanhola. E a França conseguiu transformar esta palavra, e acabou inventando outra: hoje este termo, na tradução do universo francês, está relacionado com aquelas pessoas que nasceram no país, nas antigas colônias, de não origem européia. A gente fala de crioulo quando consideramos esta parte da população

que controla o poder nas ex-colônias [...] Mas na realidade este termo é uma projeção do francês...é para impedir a chegada do povo real. O crioulo existe no lugar do guianense, do martiquense etc. Foi isso que eles conseguiram fazer. Por que esse crioulo é uma pessoa, uma representação, uma reprodução do Francês. Só que ele é diferente do francês.

Para Jean Michel o crioulo é a elite. A elite *créoula*, depois da escravidão, foi colocada no poder das ex-colônias; mas com o objetivo (do colonizador) de manter a continuidade da dominação francesa. Para essa elite, lembra ele, a referência é o francês branco, o europeu. “Até agora, por exemplo, a elite crioula tenta fazer com que o povo não perceba que somos a maioria em um país controlado por uma minoria, num continente sul americano”. Para esse estudioso da sociedade local, “a síntese desse pensamento é que a Guiana não tem saída sem a França”.

Avançando um pouco mais em suas análises, ele considera que a incorporação de valores franceses por parte da elite crioula foi um processo inconsciente, e que isto começou a ocorrer desde o final da escravidão. Numa tentativa de respaldar esses seus argumentos, Jean destaca que no caso guianense, a maioria dos escravos foi liberada pelos europeus. Poucas pessoas conseguiram sua liberdade lutando. A idéia transmitida pela elite crioula é que os franceses foram generosos e libertaram os escravos. O que para Jean Michel é uma mentira completa. Houve também muita resistência, em toda região. Mesmo usando o termo “inconsciente” anteriormente (se referindo à população local), ele considera que toda essa situação foi organizada e planejada pelo governo francês ao longo da história guianense, e completa: A França sempre foi *expert* quando o assunto foi colonialismo. “E não é por acaso que ela continua dominando varias regiões longe de Paris”.

Em relação ao mito da “departamentalização”, Jean Michel deu sua opinião sobre o assunto, e de maneira geral falou da evolução política vivenciada pela Guiana Francesa ao longo de sua história, da fase colonial à departamental. Para ele, essa transição foi apenas um artifício, uma invenção administrativa da metrópole, já que o mesmo considera que a fase departamental foi uma continuidade da colonial. Ao considerar que essa idéia de departamento é muito estranha, faz questão de chamar atenção que a Guiana Francesa é tratada como uma região, e, ao mesmo tempo, como um departamento.

Perguntamos a Jean Michel qual a importância que a Base Aeroespacial de Kourou tem nas relações atuais entre os guianenses e o Estado Francês, e se a Base, em última instância, é o que interessa à França; o que faz justificar sua presença em território sul americano?

Kourou fez parte da estratégia do General Charles de Gaulle. Primeiro porque a França saiu da (Nigéria), onde tinha uma base espacial. Expulsa depois da guerra, ela estava diante de um grande problema, que era instalar a base em outro lugar. De Gaulle, que foi um general esperto e visionário, percebeu que talvez fosse a possibilidade da França de manter a dominação na região das Guianas e assim justificar uma forte presença militar num lugar estratégico, bem em frente do Brasil, país que já era percebido como uma futura potente na América Latina. Ele e Napoleão foram os dois melhores dirigentes da França, principalmente em termos de visão estratégica. Com a implantação da base, justificava a presença dos legionários, das forças militares. Justificou ainda que a Base representava não só os interesses franceses como também europeu na região. Além disso, tentou fazer uma substituição de população, substituindo a população crioula, o índio, por uma população branca.

À medida que os temas se alternavam, Jean Michel discorria sobre assuntos extremamente complexos, como por exemplo, ascensão social dos cidadãos guianenses; a idéia difundida pela França de que o Estado francês gasta uma soma muito grande de recursos financeiros para manter a Guiana; como as instituições francesas se comportam em relação aos conflitos existentes entre locais e metropolitanos, e o aumento do efetivo militar na região da Guiana Francesa.

Sobre a primeira questão, fez questão de lembrar que a Guiana Francesa já produziu grandes estadistas, que muito orgulha o povo guianense. “Estes casos fazem com que a elite sempre pense que pode atingir altos escalões do Estado Francês” enfatiza Jean.

No que tange à segunda questão, ele é enfático ao afirmar que esse discurso de que o Estado francês gasta muito dinheiro na Guiana Francesa é para manter as aparências [...] “Se tem um lugar onde a França ganha dinheiro é aqui. Cada lançamento de um foguete, em média, custa 50 milhões de dólares. Aqui a França não paga aluguel, mas a Rússia, por exemplo, paga no Cazaquistão” explica Jean. Ele fez questão de informar que a população guianense não é passiva: “aqui tem resistência, tem protesto”. Disse ainda que algumas pessoas não concordam com esta realidade que se apresenta há dezenas de anos. No entanto, para ele, o problema é que a Guiana é um território controlado. Temos uma crítica muito grande a um Centro de Pesquisa muito importante daqui. “Eles sempre lucram com as pesquisas realizadas em nosso território, pois o conhecimento produzido é patenteado e são fontes de lucros para o governo francês; mas pouco fica para a população local” acrescenta Jean. Voltando novamente para a Base Aeroespacial e sobre a tese de que a França somente tem despesa na Guiana, Jean Michel se reporta a um fato interessante: “foi assinado recentemente um contrato com a Soyuz. Sabe o que aconteceu? Chirac foi a Putin e disse: para instalar a Soyuz, e isso foi um pedido europeu, vocês têm que comprar alguns airbus (26). Não é uma maneira de ganhar dinheiro? Você sabe o valor de um airbus? O seu valor é superior ao orçamento anual da Guiana. Putin não aceitou”.

Á respeito do papel das Instituições francesas em alguns conflitos internos guianenses, sobretudo sobre o aumento do efetivo militar na região, ele fez os seguintes comentários:

Aqui na Guiana já teve muito conflito, repressão, violência. Se você ler agora um jornal local, você vai ver que ele vem falando do ano de 1996. Havia uma coisa muito interessante aqui; não tínhamos a Retourrada. Não havia a Academia na Guiana. Os jovens saíram à rua e o conflito foi inevitável com a polícia. Foram cinco dias de muita repressão policial e violência, com mortes. Esses distúrbios apenas acabaram com a chegada de dois ministros em Caiena pra assinar um acordo. Essa foi a condição do povo que foi às ruas protestar. Esses conflitos fizeram com que o próprio ministro da educação francesa viajasse até esse Departamento e assinasse a implantação da Academia (Universidade local)

Atualmente estou fazendo uma pesquisa, onde tento fazer uma abordagem completa sobre alguns aspectos geopolíticos das Guianas. Dentro deste estudo, eu toco sobre a presença das forças militares, que segundo a França, é justificada pela Base de lançamento. Inclusive, foi Kourou a responsável pela presença dos Legionários na região. Este fato gerou passeatas de protesto em 1962, mas que foram sufocadas pelas forças de segurança. Três pessoas foram assassinadas. Esses

acontecimentos fazem parte de nossa história de resistência. No ano passado tivemos um outro ciclo de protesto. Um grupo de 50 legionários resolveu fazer um ato racista e encapuzados eles atacaram vários guianenses, em Kourou. O Prefeito local protestou junto ao governo francês e pediu a instauração de um processo civil. Isso desagradou tanto a metrópole que o Ministro da Defesa não recebeu o prefeito para uma audiência. Mas esse processo civil caminha de maneira muito lenta.

Kourou, por exemplo, é uma praça de violência. Nesta cidade sempre tem protesto e repressão policial; e isto acontece principalmente por tratar-se de uma vila militar. Mas voltando sobre a forte presença dos militares na região: na verdade trata-se de uma estratégia geral da França, ou seja, estratégia de intervenção. Foi uma implantação militar progressiva, onde a Base Aeroespacial sempre foi usada como argumento, como pretexto ao longo dos anos para o aumento do efetivo militar em todo o Departamento. O território da Guiana tem pelo menos um militar para cada habitante e o verdadeiro objetivo é reprimir todo tipo de manifestação e invasão, inclusive de países vizinhos. Podemos dizer que a presença maciça de militar na Guiana tem dois aspectos: controlar a população, evitando assim motins e protestos; além disso tem uma outra questão estratégica que é o dispositivo de rápida intervenção, em toda a região amazônica e se for preciso em países vizinhos. Essa idéia faz sentido principalmente quando pensamos que a Guiana Francesa está localizada na Amazônia, fonte de água e de grande biodiversidade. Para concluir, a Carta Capital, em 2005, publicou um artigo sobre um avião francês, que partiu da Guiana Francesa, em uma missão de resgate realizou uma intervenção rápida na Colombina, via Manaus. Aqui na Guiana tem muita espionagem e serviço de escuta realizada pelos órgãos de inteligência francesa.

Após esses exaustivos comentários, foi a vez de Jean falar um pouco das novas leis de imigração, que cada vez são mais rígidas com a migração ilegal. Apenas para dimensionarmos essas mudanças, alguns brasileiros me informaram que até recentemente, as pessoas que estivessem revalidando seus vistos, poderiam permanecer no DUF e resolver o problema. Outra situação: uma mãe se tivesse um filho na escola, mesmo sendo clandestina, não poderia ser expulsa da Guiana. No entanto, parece que as coisas mudaram... Atualmente, a partir do momento que o prazo de sua *carte de séjour* termina, você pode ser repatriado a qualquer momento e já é considerado pelas autoridades locais como clandestino; no caso das mães clandestinas, as mesmas são separadas abruptamente de sua família/filhos, já que não possuem documentação de permanência em solo francês. “E os direitos humanos como é que ficam? A França não tem tradição nesta área?” - provoquei ainda mais Jean. De forma objetiva, ele criticou esses métodos administrativos utilizados pelas autoridades guianenses para reprimir este tipo de migração. Segundo ele, o problema é que a Guiana Francesa é governada por decreto, pois a maior parte dos dispositivos aplicados internamente é feito pela prefeitura. “São atos administrativos que às vezes não possuem fundamento legal. O poder que o prefeito tem aqui é excepcional, no entanto, uma boa parte dessas resoluções não possui fundamento jurídico, e as pessoas comuns não sabem disso” critica Jean Michel.

Em relação à burocracia francesa, Jean lembrou de um caso, que, segundo ele, exemplifica o nível de controle social realizado pelo Estado francês na Guiana Francesa:

A França tem um controle muito grande quando o assunto é

Guiana. Recentemente um pesquisador brasileiro, Luis Alfredo Vagner, enfrentou muitas dificuldades para proferir uma palestra aqui em Caiena. O engraçado é que ele ficou uma semana na Sorbonne sem problema nenhum. Agora aqui em Caiena, mesmo sendo convidado oficialmente pela Prefeitura lhe deram somente três dias de prazo. Além disso, teve que comprovar que tinha emprego no Brasil. Isso é uma prova que ainda continuamos colônia francesa [...] Estes fatos revoltam bastante a gente. Todo tempo ouvimos falar em cooperação regional entre Brasil e França. Mas que cooperação é essa que proíbe e limita a circulação de pessoas entre os dois países, principalmente em relação à Guiana Francesa?

Na parte final de nossa entrevista, Jean Michel tocou em uma questão crucial e um tanto filosófica, que merece destaque: quem é o guianense? Como ele pode ser definido?

O povo guianense tem um território, uma cultura e também tem um projeto de sociedade, que é diferente da França. O projeto dos guianenses é bem diferente da França. O nosso projeto está bem mais perto do Brasil e da América latina do que da França. Não temos nada a ver com a Europa. A Guiana não tem continuidade com o território francês, a continuidade que nós temos, a gente poderia imaginar, é com o Suriname, com o Brasil. Seria até mais fácil pensar a Guiana território do Brasil do que da França (risos). Nosso vizinho não é a Espanha, não é a Alemanha; e sim o Brasil. Uma vez eu fui na fronteira e um guarda *gendarme* dizia: você está na França. Aí eu disse: você está vendo esse rio? É o Oiapoque; e do outro lado não é a Espanha e nem a Alemanha, e sim o Brasil. Nós somos a Guiana. Temos uma cultura própria. Tenho mais facilidade de relacionamento com os povos vizinhos do que com o francês, porque não sou muito diferente do brasileiro. Sempre fui ao Brasil sem dificuldades, pois eu posso comer tudo que os brasileiros comem; e as maneiras dos brasileiros, não são tão diferentes da nossa. Também fui à Venezuela estudar, e fiquei com uma família venezuelana; mas não percebi tanta diferença assim.

Muitos brasileiros têm uma percepção idealista da França. O ideal revolucionário, o ideal do século da luz, está na cabeça de todas as pessoas graduadas. Isso dá entender que a França prossegue ainda nesta tradição. No entanto, a França atual mudou bastante.

Colonialidade do Poder, A Questão Creoula, Globalização e Democracia

Alguns aspectos salientados pelos comentários acima merecem ser analisados com bastante racionalidade, retirando-se dessas avaliações qualquer sentimento de paixão, que às vezes acaba contaminando o “mitológico” pensamento científico. Todos os temas suscitados por Jean Michel, são da mais alta importância para compreendermos uma sociedade abarrotada de contradições e que talvez ainda não teve tempo de prestar conta com a sua própria história. Parece que somente depois desta “prestação de contas”, é que a Guiana Francesa poderá atingir internamente um nível de reconhecimento

cultural mais razoável, e isto vale para todos os grupos étnicos que atualmente se relacionam nas complexas relações sociais locais. Atualmente é como se cada segmento étnico (guianenses, metropolitanos, antilhanos, populações tradicionais, imigrantes etc.) olhasse apenas para seus próprios interesses nesse território. Um fato concreto nos dias atuais, querendo ou não aceitar, é que o mundo tornou-se etnicamente mais diversificado; e que, infelizmente, também o nacionalismo étnico está na moda nos países que possuem estrutura multiétnica tradicional. Misir (2007) diz que inquestionavelmente, ainda que sirva somente para livrar a sociedade do domínio de uma etnia, a unidade nacional tem de ser um objetivo estratégico, obrigatório e valioso para todas as sociedades multiétnicas em desenvolvimento, principalmente uma unidade nacional que consiga extrair contribuições das culturas minoritárias.

O que acontece na Guiana Francesa é uma situação um tanto contraditória: como podemos compreender uma sociedade que miniaturiza culturas majoritárias, subordinando-as a um modelo culturalmente dominante (o europeu)? Uma unidade nacional e regional, que seja produto de uma identidade dominante, para a qual as culturas minoritárias não contribuam, é uma falsa unidade. Além disso, a absorção de culturas minoritárias, numa escala transnacional, em uma cultura dominante produziria uma perda cultural para cada grupo minoritário local. Essas discórdias étnicas⁴ internas entre a própria população *créole* remontam desde o período da escravidão em todo o Caribe. Misir (2007:98) sobre esses fatos faz a seguinte consideração:

No plano geral da escravidão no Caribe, os fazendeiros brancos separavam os escravos africanos de grupos tribais e lingüísticos semelhantes, segundo um esquema que objetivava garantir a morte das tradições culturais africanas. Por meio de uma aculturação total, os africanos perderam a maior parte de sua herança africana e assumiram uma variante creoulizada das culturas européias. Esse processo de absorção cultural é na verdade assimilação da cultura em ação, na qual um grupo cultural minoritário, seja à força ou voluntariamente, abdica de sua tradição cultural e se deixa envolver por uma cultura diferente e invariavelmente dominante. A assimilação, principalmente quando forçada, cria e fortalece a dominação étnica.

O panorama do Caribe, e por tabela da Guiana Francesa, é de diversidade étnica, que vai desde as variantes européias-hispânicas, anglo-saxônicas, francesas, holandesa e portuguesa, aos africanos, indianos, ameríndios, chineses, javaneses, sírios, libaneses, judeus, mestiços e mulatos. Quando afirmamos hoje que a ilha de Caiena se transformou numa verdadeira Babel dos Trópicos Úmidos, temos que levar em consideração seu passado cultural, sua história. Se atualmente vários grupos étnicos se estabeleceram na Guiana não foi por acaso, mas sim pela própria história cultural da região. Além da possibilidade de empregos para milhares de trabalhadores brasileiros, a escolha dessa região foi motivada por outras variáveis culturais: os brasileiros somos alegres como os guianenses, gostamos de dançar, de se enfeitar; de brincar no Carnaval. Enfim, como bem enfatizou sobre esta questão Jean Michel, não estamos tão longe, pelo menos em termos culturais, dos nossos vizinhos crioulos.

No entanto, alerta Misir (2007) é difícil compreender a identidade caribenha e desenvolver uma imaginação social passada, presente ou futura, sem usar a raça, a etnia, a classe social, e o gênero como categorias analíticas e descritivas principais. Essas carac-

⁴ Arouck (2002) se reporta em seu trabalho de pesquisa que identificou um certo conflito entre os guianenses nativos e os que nasceram nas Antilhas, pois este último grupo ocupava postos mais importantes na estrutura governamental local.

terísticas que retratam o mundo social do indivíduo fornecem um sentido microcômico das instituições da sociedade. E neste momento o autor faz algumas reflexões que vão ao encontro das questões levantadas pelo nosso entrevistado: Haverá uma raça, etnia, classe social ou gênero que domine essas instituições? Haverá um tipo específico de identidade cultural que cause impacto sobre o funcionamento dessas instituições? As percepções de alguns grupos indicariam uma exclusão da identidade cultural na formação dessas instituições?

Girvan (2007) adverte ao mostrar que a realidade é a diversidade e que isso deveria ser bem recebido e comemorado por todos. Ele afirma ainda que o Caribe seria um lugar muito sem graça se todo mundo fosse igual. Por isso critica a idéia de se tentar criar uma identidade caribenha específica por meio de algo chamado “integração cultural”. Isso, na verdade, poderia ser perigoso, porque esse elevado ideal suscita a questão de saber de que forma se daria essa integração, em que termos e quem seria o árbitro daquilo que se constitui a cultura caribenha integral. Para este mesmo autor, seria mais coerente se pensar em entendimentos, interação e intercâmbio cultural, de respeito mútuo e tolerância para com as diferenças culturais.

Tudo leva a crer que a França, em suas práticas administrativas, acredita que exista uma identidade crioula na região das Guianas, mas com um detalhe: *creolização*, lógico, de raiz eurocêntrica. Desta forma, não leva em consideração o mosaico multiétnico do território, das minorias étnicas. Como foi dito anteriormente, a identidade crioula do Caribe foi baseada na integração cultural e na perda cultural. Assim a perda cultural cria desvantagens para aqueles que não controlam as alavancas do poder político e econômico. Na verdade, quem tem pouco poder de manobra tem acesso limitado às recompensas da sociedade. A dominação étnica aplicada por meio da *creolização* é antiética; e contrária à construção da nação, ao produzir-se por meio da competição, em busca de espaço nacional, integração cultural, hierarquização, fragmentação dos trabalhadores, politização da categorização etno-cultural, racialização da consciência, imperialismo cultural, uso da raça como trunfo político e dominação étnica (MISER, 2007).

Os novos imigrantes devem demonstrar que estão comprometidos com a nova sociedade e tornarem-se culturalmente competentes, que é uma pré-condição para relacionar-se com as principais instituições da sociedade. Por sua vez, a sociedade que os recebe deve aceitar os imigrantes como membros iguais e legítimos e desenvolver uma programa de integração, que envolve a eliminação da discriminação e a criação de oportunidades iguais, espaços inter-étnicos, diálogo intercultural e educação multicultural. A justiça e interesses comuns são necessários, mas não suficientes, para manter coesa a sociedade; o desenvolvimento de vínculos emocionais também ajudaria no processo de identidade nacional.

Outro comentário sobre esta temática é de autoria de Misir (2007). Segundo este autor, a *creolização* caribenha ou o nacionalismo *créole* tem sido formulado e reformulado com objetivos políticos desde os colonizadores até os grupos de poder político dos dias atuais. Note-se que neste ponto destacado, inevitavelmente podemos relacionar com as análises de Jean Michel, feitas anteriormente. Continuando, Misir (2007) considera que o processo de *creolização* produziu uma identidade cultural ao mesmo tempo penetrante e persuasiva. Neste sentido, a onipresença e influência da *creolização* em cada território caribenho, inclusive na Guiana Francesa, exprime alguma forma de nacionalismo cultural militante, excluindo e subordinando as culturas minoritárias, de minorias cuja vestimenta, língua e aparência geral eram estranhas aos guardiões e habitantes da cultura *créole*. Assim se criou o “nós” e o “eles”, com a xenofobia como construtora dessa diferenciação.

Considerações Finais

Caminhando para o fechamento desta discussão sobre história, fraturas étnicas e migrações, vamos ver os comentários de Said (2007, apud MISIR, 2007, p.107-108) sobre

este assunto. Fazendo uma referência a Sen⁵ (2003), ele percebe que:

Com o tempo, a cultura passa a ser associada, muitas vezes de maneira agressiva, com a nação ou o Estado; isso diferencia o “nós” do “eles”, quase sempre com algum grau de xenofobia. A cultura, nesse sentido, é uma fonte de identidade, e na verdade, uma fonte bastante combativa, como vemos em recentes voltas à cultura e à tradição. Essas voltas acompanham códigos rigorosos de comportamento moral e intelectual que são opostos à permissibilidade e associados com filosofias relativamente liberais como o multiculturalismo e o hibridismo.

Mesmo com algumas evidências, é muito difícil afirmar que existe um movimento em marcha objetivando uma emancipação crioula na Guiana Francesa. Um dos maiores dilemas enfrentados pela população crioula, é o fato de tentarem administrar o inadmissível: satisfação de ser francês e a insatisfação de não ser reconhecido como tal. Essa relação de “sublime escravo” cunhada por Gilroy (2001) lembrada por Cleaver (2006), caracteriza, na cultura negra, a relação entre a dor e o prazer. Não resta dúvida que os guianenses pagam um preço muito alto por certa qualidade de vida, que, diga-se de passagem, não é tão boa assim. Reconhecimento políticos e administrativos são atos mais fáceis de serem materializados do que reconhecimento étnico e cultural. Esta aporia *créole* pode ser sintetizada neste depoimento registrado por Cleaver (2006): “quem é o guianês/guianense? Ao se fazer esta pergunta, a mesma pessoa responde: é uma questão de cor ou de coração? Acredito que seja a cor do coração...” A cor em sua fala representa a hegemonia *créole*. O coração, por sua vez, remete a um sentimento para além da classificação étnico-nacional.

Enfim, *creolização* como prática social é produzida e reproduzida e a teoria da estruturação⁶ explica esse processo. Numa perspectiva mais abrangente, o *continuum* europeu-africano é o que produz e reproduz a *creolização*, mas nem todos os segmentos étnicos da Guiana Francesa consentem essa *creolização*. Em todo o livro organizado por Girvan (2007), aparecem os comentários de vários pensadores sobre esta questão. Parekh (2007), por exemplo, argumenta em favor do pluralismo cultural. Considera que o multiculturalismo está relacionado com as confluências de um mosaico cultural, e, ao mesmo tempo com uma rejeição da dominação étnica. Percebe que muitas sociedades modernas são multiculturais e mostra que sua diversidade cultural vem de diversas fontes: a globalização, a desintegração dos consensos morais tradicionais, a ênfase liberal em escolhas individuais e a imigração.

As sociedades multiculturais devem encontrar maneiras de resolver suas exigências aparentemente conflitantes, pois não podem desprezar a diversidade e nem descartar a unidade. A integração é um processo recíproco. É difícil para os imigrantes integrarem-se em uma nova sociedade se as outras pessoas os rejeitam. Ambos os grupos, os imigrantes e a sociedade que os recebe, têm de estender as mãos e aceitar suas obrigações mútuas.

Referências

ARAGÓN, Luís E. **Até onde vai a Amazônia e a sua população?** In: (Org) ARAGÓN, Luís E.

5 Esta idéia encontra-se em: SEN, Gecti. Índia: a national culture? New Delhi, Índia: Sage Publications, 2003.

6 Segundo Giddens (1997), a estruturação determina as condições que causam impacto na continuidade e na dissolução de estruturas. A estruturação tem três componentes: estrutura, sistema e dualidade de estrutura. Estrutura se refere a regras e recursos; sistema denota relações produzidas entre pessoas e coletividades, organizadas como práticas sociais recorrentes; dualidade de estruturas significa que as pessoas ou coletividades criam estruturas e simultaneamente essas estruturas são o meio e o resultado de tal criação.

Populações da Pan-Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **A centralidade do trabalho hoje** in FERREIRA, Leila da Costa (org). A sociologia no horizonte do século XXI. São Paulo, Boitempo, 2002.

AROUCK, Ronaldo de Camargo. **Brasileiros na Guiana Francesa: fronteiras e construções de alteridades**. Belém: NAEA/UFPA, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**: Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo e resposta à globalização. Trad.: André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BAUDRILLARD, Jean. **Para uma crítica à economia política do signo**. Trad.: Aníbal Alves. Rio de Janeiro: Elfos; Lisboa: Edições 70, 1995.

CLEAVEAR, Ana Julieta Teodoro. **“Ni vue ni connue”**: a construção da nação na Guiana Francesa. Colección Monografias, n. 21. Caracas: Programa Cultura, Comunicación y Transformaciones Sociales, CIPOST, FaCES, Disponível em: www.globalcult.org.ve/monografias.htm.

IANNI, Octávio. **Teoria da globalização**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **O mundo do trabalho**. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). A reinvenção do futuro. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **A sociologia para o século XXI**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 9. Pelotas, Anais... EDUCAT, 1999.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Trad.: Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2005.

_____. **Modernity and self-identity: self and society in late Modern Age**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1991.

MISIR, Prem. **Identidade cultural e creolização na Guiana**. Diplomacia, estratégia e política, abr.-jun. 2007.

_____. **A sociologia para o século XXI**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 9. Pelotas, Anais... EDUCAT, 1999.

_____. **O mundo do trabalho**. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). A reinvenção do futuro. São Paulo: Cortez, 1996.

MAM-LAM-FOUCK, Serge. **Historie générale de la Guyane Française: les grands problèmes guyanais; permanense et évolution**. Cayenne: Íbis Rouge; presses Universitaires Créole/GEREC, 1996. 263p.

ROMANI, Carlo. Clevelândia, Oiapoque – **aqui começa o Brasil**. 2003. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2003.